

OS DILEMAS DA ELABORAÇÃO DE UM CURRÍCULO QUILOMBOLA: UM ESTUDO DE CASO

Antônio Jorge Gonçalves Soares

Universidade Federal do Rio de Janeiro/Brasil

ajgsoares@gmail.com

David Gonçalves Soares

Universidade Federal Fluminense/Brasil

davidsoares@id.uff.br

Kalyla Maroun

Universidade Federal do Rio de Janeiro/Brasil

kalylamaroun@gmail.com

Introdução

No Brasil, o conceito contemporâneo de quilombo refere-se a grupos que se autointitulam remanescentes de africanos escravizados e que apresentam algumas características comuns: organização social específica com base em laços de solidariedade e parentesco; territorialidade caracterizada pelo uso comum da terra; origem ou ancestralidade comum; compartilhamento de uma memória coletiva sobre o histórico de ocupação da terra e da formação do grupo; identidade coletiva (re)construída ou em processo de (re)construção reivindicada por hábitos, rituais e/ou saberes partilhados (Arruti, 2006).

Esses grupos são reconhecidos como etnicamente diferenciados pelo Estado Brasileiro, que por seu turno vem desenvolvendo políticas públicas específicas para esses grupos, dentre elas as políticas educacionais. A Educação Escolar Quilombola (EEQ) é uma modalidade de ensino no Brasil, que deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em territórios quilombolas, ou que atendam estudantes oriundos destes, nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012), ao reconhecer a natureza diferenciada desses processos educativos, fortaleceu ideias e noções que avançavam no sentido do estabelecimento de uma “pedagogia própria”, do “respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade” e das “formas próprias de organização social”, bem como da necessidade de “elaboração de materiais didático-

pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo”. Como se observa, todas, expressões correlatas denotam o ancoramento da EEQ às diferentes realidades socioculturais de cada comunidade quilombola.

Embora baseadas no reconhecimento do Estado Brasileiro como nação multiétnica, e de sua dívida histórica em relação à escravidão, é inegável que o processo de implementação da política de educação quilombola tem colocado desafios para o modelo clássico de escola republicana. O programa institucional clássico da escola republicana, conforme Dubet (2011), baseava-se no estabelecimento de um contraponto às formas de pertencimento e vinculação primárias dos indivíduos em formação. Dessa forma, esperava-se, por meio de seus ritos, suas disciplinas e sua moral, que a escola formasse nos indivíduos novas disposições sociais, que embora não elidissem as disposições familiares e comunitárias de origem, deveriam dotar os indivíduos de relativa autonomia quanto a novos caminhos e decisões diante dessas instâncias. Esse contraponto fornecido pela ação educadora escolar não apenas garantiria a produção de um novo tipo de indivíduo, especialmente, um cidadão nacional, mas, no limite, poderia promover até mesmo um questionamento das configurações de solidariedade social e de autoridades legítimas, tanto familiares quanto comunitárias.

Do ponto de vista analítico (Arruti, 2017), a EEQ parte de uma perspectiva diferente, dando destaque à importância da interface entre práticas e saberes pertencentes à tradição escolar de forma geral e práticas e saberes singulares, compartilhados no interior de cada uma das comunidades que compõem o heterogêneo universo dos quilombos no Brasil. Menos contrastiva, idealmente mais conciliatória, seu tipo-ideal desenhado nas normativas nacionais afirma que a EEQ estaria inseparavelmente associada à memória, às formas de solidariedade e autoridade locais e, ao mesmo tempo, deveria tratar do conhecimento ou dos saberes universais previstos no currículo básico.

Para além do desafio de conciliação curricular descrito acima, outros desafios de ordem administrativa, em especial aqueles associados à gestão de redes de ensino e à administração escolar, também vem se acumulando nas experiências de Educação Escolar Quilombola pelo Brasil. A título de exemplo, as DNCEEQ determinam que os professores e outros profissionais escolares devam ser escolhidos preferencialmente nas próprias comunidades quilombolas de origem. Para além da demanda de políticas de

formação desses professores, haveria ainda a necessidade de concursos públicos específicos, vinculados às escolas e não às redes de ensino ou às regiões administrativas dessas redes de ensino, como são comumente realizados.

Desenvolvimento

Esses são apenas alguns dos desafios e impasses que a EEQ vem enfrentando no país. Embora seja uma política pública com boas intenções no sentido do reconhecimento étnico-social desses grupos, sabe-se que essa modalidade de ensino é ainda um objeto em construção, com contornos pouco claros, com um currículo impreciso, dependente da maior ou menor participação comunitária, bem como da capacidade dos sistemas de ensino em traduzir as demandas locais em conhecimentos e práticas escolares. Apresenta-se como terreno de experimentações por parte de gestores dos sistemas educacionais, de agentes escolares e das próprias comunidades.

No sentido de observar como se desenvolve essa problemática geral na ponta da escola, o trabalho tem como objetivo descrever e analisar as experiências de uma escola quilombola na construção de seu currículo, identificando atores relevantes, processos de agenciamento, e interpretações concorrentes sobre o currículo escolar local. Nosso estudo de caso foi realizado junto à Escola Municipal Quilombola Dona Rosa Geralda da Silveira, pertencente à rede municipal de São Pedro Aldeia-RJ.

Os dados empíricos em que se baseia esta apresentação resultam de observações etnográficas e entrevistas realizadas na referida escola, na comunidade quilombola Caveira e na Secretaria Municipal de Educação de São Pedro da Aldeia, entre os anos de 2017 e 2020. Também, pelo material que coletamos da experiência de realização de um filme documentário na localidade e pela organização de um seminário sobre educação escolar quilombola por nós empreendida em colaboração com a secretaria de educação do município.

Durante o trabalho de campo, acompanhamos dois momentos distintos que merecem ser destacados. Nos anos de 2017 e 2018, observamos a construção de um currículo voltado a símbolos do que poderíamos chamar genericamente de africanidades, bem como de uma pedagogia antirracista, que objetivava a valorização de uma identidade negra entre crianças quilombolas e não-quilombolas da escola. No entanto, a ênfase na valorização da negritude e na pedagogia supostamente antirracista produzia uma espécie de descolamento da escola em relação à luta quilombola local,

gerando um incômodo entre suas lideranças políticas, que passaram a interpretar que a escola quilombola funcionava de maneira pouco diferenciada das outras escolas da rede de ensino.

Essa crítica foi reconhecida em um segundo momento pela Secretaria de Educação que, no ano de 2019, construiu uma agenda de trabalho para criar um currículo diferenciado na escola de Caveira. Decorreu desta ação a oferta de um curso de formação continuada para professores, que tentou, de certa forma, reforçar um ideal normativo que deveria guiar a produção do currículo na referida escola, isto é, produzir um currículo planejado para agir nas subjetividades dos alunos com vistas a produção de sua etnicidade. Tais subjetividades étnicas deveriam estar apoiadas no reconhecimento, na sistematização e na valorização da memória do grupo que ali, com todas as fraquezas e potencialidades dos laços grupais, se identifica como quilombola de Caveira. A luta e manutenção de suas terras é a principal razão de luta. O curso veio ao encontro dos anseios da comunidade que via a escola como um fator de legitimação de sua condição quilombola e de consolidação dos seus laços sociais.

Conclusões

Os dilemas, hesitações e tensões que encontramos no caso estudado, ao que tudo indica, não se limitam à experiência escolar que observamos. Vale ressaltar que não há consenso nas pesquisas do campo da educação quilombola sobre o conceito de educação diferenciada para esses grupos. A noção de educação diferenciada pode ser representada por iniciativas isoladas, nas quais há relações convergentes entre o projeto político da comunidade e a educação escolar (Oliveira, 2006; Silva, 2012; Maroun, 2016), e, também, existem casos de comunidades em que tais processos inexistem ou estão em construção. Em Caveira, parece que a educação diferenciada que se pretende implementar tem a ver com o próprio processo de construção e reafirmação de uma identidade quilombola que ainda não é um dado consolidado na própria comunidade, estando aberta a todos os possíveis agenciamentos que contribuam para esse curso.

Referências

ARRUTI, J. M. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006.

ARRUTI, J. M. Conceitos, normas e números: uma introdução à Educação Escolar

Quilombola. Revista Contemporânea de Educação, v. 12, n. 23, p. 107-142, jan./abr. 2017.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica Brasília, DF, Parecer nº 13, 2012.

DUBET, F. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 289-305, 2011.

MAROUN, K. Jongo e educação escolar quilombola: diálogos no campo do currículo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 46, n. 160, p. 484-502, 2016.

OLIVEIRA, S. N. S. De mangazeiros a quilombolas: terra, educação e identidade em Mangal e Barro Vermelho. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, G. M. Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.